

A “mocidade brasileira” em formação: concepções e investimentos sobre os corpos jovens.

La formación de la “mocidade” brasileña: conceptos e inversiones sobre los cuerpos jóvenes.

Sonia Deus Rodrigues Bercito*

Resumo: Durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil, discursos que tinham como foco a infância e a juventude oriundos de dois campos diferentes se encontravam na intenção de formar corpos fortes, dóceis e disciplinados. A Educação Física oferecia uma visão militarizada no âmbito do estado autoritário e de seu projeto de construção nacional. Somava-se a isso o discurso dos primeiros médicos do trabalho que colocava em evidência a necessidade de cuidar e proteger os organismos em formação de crianças e jovens cuja presença nas fábricas exigia cuidados específicos. A partir dos investimentos sobre o físico, pretendia-se modelar o seu caráter. A disciplinarização do corpo levaria à do espírito, à obediência e ao controle da vontade.

Palavras-chave: Corpos jovens. Disciplina. Nacionalismo.

Resumen: Durante las décadas de 1930 y 1940 en Brasil, discursos que tenían como foco la infancia y la juventud, procedentes de diferentes campos, confluyeron para formar cuerpos fuertes, dóciles y disciplinados. La Educación Física ofrecía una visión militarizada en el contexto de un estado autoritario con un proyecto de construcción nacional. A esto se le añadía el discurso de los primeros médicos laborales, que ponía en evidencia la necesidad de cuidar y proteger los organismos en desarrollo de los niños y los jóvenes cuyas presencias en las fábricas requería cuidados específicos. Con las inversiones realizadas en el físico se pretendía moldear su carácter. El adiestramiento del cuerpo llevaría al del espíritu, a la obediencia y al control de la voluntad.

Palabras-clave: Cuerpos jóvenes. Disciplina. Nacionalismo

* Doutora em História pela FFLCH-USP e pós-doutoranda em Comunicação Social pela UNIP.

Introdução

As técnicas do corpo podem se classificar em função de seu rendimento, dos resultados de um adestramento (...) Assim como fazemos com os animais, os homens as aplicaram voluntariamente a si mesmos e a seus filhos.

As crianças foram provavelmente as primeiras criaturas assim adestradas, antes dos animais, que precisaram primeiro ser domesticados
Marcel Mauss

São Paulo, 12 de outubro de 1937. Durante as comemorações do “Dia da Raça” estava programado um “Desfile da Saúde” com crianças em idade escolar que devido ao mau tempo não ocorreu. Juntaram-se cerca de 10.000 delas, de acordo com o jornal **O Estado de São Paulo**, vindas da capital e do interior. De blusas brancas, com o nome de seus grupos escolares bordados em vermelho, calção preto, cintos e alpargatas brancos, deveriam desfilar ao lado das crianças e jovens das escolas particulares, estes em uniformes de Educação Física. O malogro do evento não desanimou o jornalista que com entusiasmo celebrava o sucesso das políticas governamentais quanto à promoção da saúde, vigor e beleza física dos nossos jovens.

A programada presença desses escolares não era apenas uma demonstração cívica. Era a composição de uma vitrine. Eles haviam sido escolhidos “sob o mais rígido critério seletivo” resultando de “paciente perquirição médica” realizada por todo o estado compondo um verdadeiro “balanço eugênico”. A apresentação desses “magníficos biotipos humanos”, com seus corpos jovens, sadios, belos e vigorosos, seria um verdadeiro atestado da pujança da “raça brasileira” (**O Estado de São Paulo**, 1937, p.21).

Esse evento, como outros da época, colocava em cena concepções relativas aos corpos jovens que vigoravam naqueles dias. Sabemos que o corpo humano não é apenas um elemento da natureza. Como ocorre em todas as outras esferas da nossa vida, sua condição se altera de acordo com os diferentes contextos históricos e culturais. Isso também se aplica aos corpos infantis e juvenis. A ideia de que crianças e jovens trazem em si e em seus corpos a perspectiva do futuro da sociedade é de longo alcance. Mas as concepções de criança, infância e juventude se alteram no tempo e com elas o lugar destinado aos corpos jovens e as representações a que estão sujeitos.

Definições de período de duração, momento de saída da infância e entrada na adolescência e juventude são elásticas e dependem de formações culturais e contextos históricos específicos. Os próprios conceitos de infância e juventude assumem conteúdos diversos e são historicamente engendrados e reengendrados em diferentes momentos, sendo atravessados por questões culturais, raciais, de gênero e de inserção social. Nesse sentido podem ser tomados tanto como um objeto de investigação em si mesmos quanto abrem possibilidades de entrada para processos sociais e culturais em curso em diferentes tempos e lugares.

Se as características e funções atribuídas à infância e aos jovens se projetam historicamente sobre seus corpos, é preciso delimitar contornos espaciais e temporais para análise. Aqui, trataremos de representações e investimentos dirigidos aos corpos jovens no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, momento marcado pelo governo de Getúlio Vargas. Surgem então algumas questões centrais para este trabalho: qual o lugar dos corpos infantis e juvenis no período em estudo? O que significava o investimento sobre os corpos das crianças enfileiradas nas aulas de Educação Física? O que se projetava com os desfiles de jovens nas paradas cívicas durante o Estado Novo no qual o país esteve imerso em uma ditadura? Como se inseriam os corpos jovens no ambiente fabril e a que investimentos estavam submetidos os pequenos operários com corpos em formação, mas já utilizados como força de trabalho?

Para tratar dessas questões, acompanhamos documentos diversos tais como artigos de revistas especializadas em Educação Física, textos legais, obras de médicos higienistas e dos primeiros especialistas em medicina do trabalho.¹

Neste trabalho transitamos em um período no qual o conceito de adolescência em relação à juventude ainda não está consolidado, os dois sendo usados indistintamente nos textos analisados, da mesma maneira que “mocidade”. As representações e expectativas quanto à infância nem sempre são distintas com relação ao que se projeta sobre os jovens. Por isso, usaremos aqui

¹ Este texto é uma versão ampliada de nossa apresentação no 56º Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em 2018 na cidade de Salamanca, Espanha. Nele recorremos ao levantamento documental e às análises efetuadas nos trabalhos de mestrado (BERCITO 1991) e doutorado (BERCITO 2005), atualizando-os e dando ênfase aos discursos dirigidos a crianças e jovens.

a denominação de “corpos jovens” de forma genérica, incluindo também os corpos infantis.

1 – Disciplinar os corpos, controlar as vontades

As hierarquias sociais e os modelos de controle e sujeição passam pelo corpo. Práticas culturais fincadas no passado conformam usos e interdições corporais de todo o tipo. Estabelecem-se modos e comportamentos que alcançam instâncias sexuais, de gênero, estéticas, de adestramento físico, esportivo e laboral. O corpo é, assim, atravessado por políticas e estas produzem corpos que trazem as marcas de sua condição social.

Marcel Mauss, pioneiro no estudo das técnicas corporais contribuiu para que avançássemos na compreensão das maneiras com que as sociedades constroem os corpos de seus integrantes, seus usos, gestos e comportamentos inserindo-os nas formas sociais da cultura (MAUSS, 2003).

Cumprir destacar que a construção da subjetividade também passa pelo físico. O vínculo entre corpo e sujeito – com entendimentos diferentes através do tempo - é certamente componente das identidades individuais e sociais.

Sobre esse aspecto, é bastante elucidativa a frase de Georges Vigarello quanto às práticas de atividades físicas nos inícios do século XX. Nelas haveria um nítido destaque dado ao treinamento, pois este implicaria em “um primeiro trabalho sobre o íntimo, o domínio não somente da musculatura e dos movimentos, mas também do sensível, se não da interioridade” (VIGARELLO, 2008).

Com nitidez se observam as intenções disciplinadoras desse tipo de discurso que, ao se dirigir para o corpo, deveriam atingir também a subjetividade. A disciplina do corpo levaria à obediência e ao controle da vontade, tendo um efeito moralizador. Mas há uma ambivalência nesse esforço sobre a vontade. Os exercícios sendo um trabalho sobre si seriam caminho do progresso individual, conquista da força e da autoconfiança embora produzissem obediência.

As reflexões de Michel Foucault quanto a isso (FOUCAULT, 1983) se mantêm como uma referência esclarecedora. O poder disciplinar que identificou na construção da sociedade industrial e capitalista tem o sentido de produzir

corpos dóceis, úteis e produtivos. As biopolíticas que, dirigidas ao corpo humano, buscaram esquadrihá-lo, mensurá-lo e controlá-lo atuaram nesse sentido.

Cabe aqui lembrar que nessa sociedade a escola, o exército e as fábricas – nas quais o trabalho infantil foi uma realidade por muito tempo – funcionaram como espaços disciplinadores dos jovens. E nesses espaços a disciplina do corpo foi sublinhada com ênfase projetando-se a contenção dos movimentos soltos, livres e inúteis de crianças e adolescentes.

O surgimento da Educação Física em meados do século XIX como prática orientada por regras e saberes específicos se dá nesse contexto em que o corpo é tido como maleável e os movimentos naturais e espontâneos cedem lugar aos programados e ritmados na ginástica e nos treinamentos. Uma educação corporal a partir de movimentos mecânicos e precisos. Nela, o aperfeiçoamento físico assumia perspectivas diversas. Em comum, as intenções de utilidade no campo laboral e no progresso social.

O biólogo e pedagogo francês Georges Démeny (1850-1917), um dos primeiros teóricos da Educação Física, visando à proposição de métodos ginásticos científicos e racionais, estudou a decomposição dos movimentos corporais de modo a assegurar sua eficácia. Percebe-se o eco nessa formulação de uma concepção de corpo entendido como um maquinismo formado a partir de peças cujos movimentos devem ser controlados de modo a atingirem os objetivos propostos.

A precisão e a segmentação dos gestos, a busca do rendimento e a disciplina dos movimentos ritmados figuram tanto nas propostas da educação dos corpos pela Educação Física quanto nas propostas de racionalização do trabalho fabril, e isso não pode ser apenas uma coincidência.

A concepção de educação dos corpos juvenis por meio da ginástica praticada em conjuntos mecanizados e marchas cadenciadas se prolongou por muito tempo ao longo do século XX nos estabelecimentos escolares. As atividades esportivas também presentes nem sempre atendiam aos anseios de disciplinar os gestos e movimentos para o que a ginástica de inspiração militar parecia mais adequada. De qualquer forma, deveriam ser evitadas as sobrecargas físicas, os dispêndios inúteis de movimentos valorizando-se, sobretudo, a disciplina e a moderação (VIGARELLO, 2008, p.226).

No Brasil das décadas de 1930 e 1940 o empreendimento da disciplinarização dos corpos e mentes impregnava iniciativas dirigidas a cuidar e a educar crianças e jovens. Datam dessa época, por exemplo, iniciativas de criação pelo poder público de parques infantis, clubes de menores operários e outros tipos de associações destinadas a afastar as crianças das ruas e dos seus perigos. Nesses locais, assim como em clubes particulares da elite e nas escolas, a prática de atividades físicas deveria desenvolver-se.

Havia naquele momento um esforço pela disseminação da Educação Física no país. Essa prática já havia sido introduzida no Brasil a partir dos fins do século XIX e inícios do XX em âmbito escolar. É durante as décadas em estudo, porém, que ela se institucionaliza. Sua prática é tornada obrigatória nas escolas a partir da Constituição de 1937, criam-se organismos oficiais para regulamentá-la e a formação profissional passa a ser feita em cursos especializados. Antes dessa época, havia apenas a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo (1909) e a da Marinha (1925). Em 1933 consolida-se a Escola de Educação Física do Exército, que se tornou o grande modelo a ser seguido. Na sequência foram criadas a Escola Superior de Educação Física de São Paulo (1934) e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Rio de Janeiro (1939). Acompanhando esse movimento há uma expressiva produção teórica sobre o assunto encontrada nos dois periódicos surgidos em 1932 que circularam por todo esse período: **Educação Física** e a **Revista de Educação Física**, da Escola de Educação Física do Exército.

O exército foi um agente destacado nesse projeto colocando em ação propósitos pedagógicos que extrapolavam a caserna e estavam articulados à construção da nacionalidade na esfera do Estado autoritário getulista. Ao lado disso, educadores relacionados ao movimento da Escola Nova, como Fernando de Azevedo, também defendiam essa prática numa perspectiva liberal no âmbito de uma educação integral que deveria incluir a Educação Física. O ponto de encontro das duas visões se dava no reconhecimento da necessidade do aperfeiçoamento físico do brasileiro e de se edificar uma nacionalidade vigorosa a partir do investimento nos corpos juvenis.

Projetava-se partir do investimento sobre o físico a introjeção de valores para modelar o caráter do indivíduo em formação. A Educação Física teria um efeito moralizador e de profilaxia social tendo como um dos alvos principais a

juventude. O ambiente sadio das associações esportivas, os hábitos de saúde e higiene e a elevação dos espíritos alcançados pela prática de exercícios físicos serviriam para contrabalançar as tentações do baralho, do boliche e da bebida a que estaria sujeita a mocidade (LOYOLA, 1940, p.9). Afastando os jovens dos “ambientes viciados dos centros de perdição”, dos “cafés e botequins, cassinos, jogos de carteados” (MACHADO, 1941, p.50), estaria preparando-se o futuro da nação não só pela regeneração física, mas também moral da juventude.

Melhor que afastar a juventude dos maus hábitos, seria cuidar da criança. Por meio de uma educação física, moral e intelectual capaz de “ajustar o futuro adulto dentro das leis que regem as sociedades”, problemas como “delinquência, vadiagem, miséria e demais cancores sociais” seriam resolvidos (BALDARINY, 1940, p.38).

O governo dos corpos e a construção dos sujeitos se encontram nos investimentos para a difusão da prática de atividades físicas no Brasil nas décadas iniciais do mesmo século, com destaque para os indivíduos em formação. O trecho transcrito abaixo não deixa dúvidas quanto a isso:

O ginásio é uma escola de virtudes. (...) a disciplina dos movimentos e das iniciativas reforça a obediência onde a vontade se cala. (...) Obediência consciente fora da vigilância e do castigo (...) Unidos em redor de um símbolo, conjugados nas mesmas aspirações, alcançando a harmonia da forma e o ritmo de atitudes, na prática da educação física, modelam-se pela conformidade e pela exatidão, os corpos novos e as almas florescentes. É o aspecto formoso da vida, por onde se revelam as tendências humanas voltadas para a perfeição. E não haverá assim pensamento que desgarre para o lado perverso do mundo (MAGALHÃES, 1935, p.1).

2- Exercitar o físico e aperfeiçoar a raça

O perfil do brasileiro nas décadas iniciais do século XX afigurava-se desalentador aos olhos das elites políticas e intelectuais do país. Em tempos em que ainda ecoavam ideias de determinismo racial e climático, a imagem do brasileiro era associada à debilidade física, à indolência, à preguiça e ao ócio. Um panorama considerado desanimador para aqueles que pretendiam promover o crescimento econômico e alçar o país à condição de participante do

progresso do mundo civilizado.

As questões relativas ao corpo do brasileiro nas décadas em estudo passaram necessariamente pela questão racial. Reproduzindo ideias do racismo científico oriundas do século XIX que permeavam ainda naqueles dias explicações sobre razões do atraso brasileiro, à mestiçagem conferia-se o estigma da degeneração física e moral. O evolucionismo social de Herbert Spencer incumbira-se de estender as características físicas dos indivíduos para as sociedades, fazendo com que debilidade e degeneração, força e vitalidade fossem considerados atributos de povos e sociedades a serem deduzidos das características físicas de seus componentes. Considerando-se esse conjunto de ideias, o futuro da nação brasileira parecia ser pouco promissor. Promover a regeneração física e moral do povo brasileiro estava no centro do projeto de construção nacional defendido pelas elites.

A Educação Física ocupava um papel estratégico nesse projeto para minorar as deficiências físicas da população. Era vista como recurso para construir uma nacionalidade fisicamente robusta que seria substrato de um país forte a ocupar um papel de destaque no concerto das nações. Tornar essa prática obrigatória nas escolas seria uma maneira de contribuir para a depuração da “raça brasileira” marcada pela miscigenação de brancos, negros e indígenas. A diversidade evidente da população brasileira era vista como uma fragilidade e algo a ser corrigido. A adoção de medidas eugênicas era sugerida por médicos e educadores, alcançando a Educação Física (MARQUES, 1994).

O médico Humberto Baldariny, especialista na área, destacava que os benefícios da prática da Educação Física seriam sentidos não apenas nos aspectos físicos da população. Sua atuação poderia minorar características morais indesejáveis encontradas no povo brasileiro advindas, segundo ele, de nossa tradição africana:

Pelo desenvolvimento das qualidades morais, que a educação física desperta, isto é, desenvolvendo o caráter, a audácia, o sangue frio, o espírito combativo, arrancará o nosso povo da apatia e resignação, legada pela influência africana, tornando-o mais otimista, mais confiante em si próprio, e, principalmente, mais produtivo e criador. (BALDARINY, 1940, p.10)

No evento programado para enaltecer a saúde e a vitalidade dos jovens brasileiros citado no início deste texto, nem todas as crianças puderam comparecer às paradas programadas por não atingirem as qualificações exigidas, conforme os dados coletados pelos médicos. Comentando esse fato, o deputado Dr. Antenor Soares Gandra proferiu palavras bastante representativas de como eram vistas as condições eugênicas da população observadas nos jovens e crianças. Elas estariam, de acordo com o deputado, em situação de “inferioridade humana”. Em suas palavras:

... o balanço geral das condições eugênicas dessas crianças, de que resultou a apresentação deste magníficos biotipos humanos, também revelou problemas que ficam a desafiar o nosso cuidado.

Se uma consoladora maioria de municípios paulistas, pôde, no decurso desse verdadeiro inquérito de saúde, exhibir impressionante índice eugênico, outros, ao inverso, aqui não puderam comparecer, pelos seus embaixadores da beleza física, em razão de fatores nosológicos cuja extensão local é digna da melhor atenção ... Avassala a uns impressionantes índices de verminose, enquanto que a outros afetam deficiências físicas resultantes de carência alimentar (O Estado de São Paulo, 1937, p.21).

Observa-se que as razões apontadas que estariam concorrendo para comprometer as condições físicas e de saúde da população se dirigem para a esfera nutricional, mas permanecia a consideração dos biotipos e das condições eugênicas inscritas na hereditariedade. E para minorar os problemas daí decorrentes, o concurso da introdução sistemática da Educação Física teria seu valor. Nas palavras de Hollanda Loyola, Inspetor de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde e editor da **Revista de Educação Física**:

A educação física é um poderoso elemento de eugenia e fornece os elementos suscetíveis de desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do indivíduo, por um lado provocando a força, a resistência, a destreza, a saúde, o equilíbrio das grandes funções orgânicas, a beleza das formas e a harmonia das proporções, por outro lado proporcionando a audácia, o sangue frio, a tenacidade, a acuidade de iniciativa, a solidariedade e o espírito de disciplina, em suma a têmpera de caráter, qualidades essas necessárias para o sucesso na vida, para o êxito de qualquer empreendimento (LOYOLA, 1939, p.9).

Entretanto, apesar das vantagens da Educação Física para o aperfeiçoamento da raça serem amplamente apontadas, havia quem chamasse a atenção para seus limites nesse campo. O médico e então capitão Dr. Pacífico Castello Branco escrevia em 1942 na **Revista de Educação Física** sobre a influência que essa prática poderia exercer sobre “nossa raça”:

...a Educação Física, como todas as medidas eutécnicas, só exerce influência direta sobre o indivíduo, sobre a geração que atua e só tardiamente sobre a herança.

A eugenia visa à hereditariedade, à raça, à espécie humana. A Educação Física serve para estimular, exaltar, orientar as boas ou más heranças, sem entretanto transmudá-las umas em outras; a não ser, após muitas gerações que venham praticando regularmente a Educação Física (BRANCO, 1942, p.45).

Se não havia dúvidas quanto ao valor da prática de exercícios para o aperfeiçoamento físico das novas gerações, algumas diferenciações eram colocadas com relação aos gêneros. À pergunta sobre se deveriam ser ministrados os mesmos tipos de exercícios a meninos e meninas, respondeu o Cap. Jayr Jordão Ramos especialista em Educação Física, autor de obras consagradas na área, que, na época, era instrutor da Escola de Educação Física do Exército:

Entre as crianças dos dois primeiros graus, em princípio, as diferenças de sexo não arrastam a diferenças nas indicações dos exercícios. Contudo, a partir da aproximação à puberdade, observa-se a disposição da menina a agitar-se menos que o rapaz, e principalmente a procurar menos os exercícios que exigem um certo emprego de força, o que se deve levar em conta na organização das sessões de trabalho (RAMOS, 1937, p. 35).

Os cuidados com o corpo feminino exigiriam atenção adicional. A função reprodutiva lhe conferia um valor inestimável para assegurar a saúde e a vitalidade das gerações futuras. Para Jayr Jordão, essa função conduziria a uma modificação da “estrutura e ao funcionamento do organismo feminino, que obriga o educador a escolher, com muita prudência, e a dosar com cuidado os exercícios destinados à mulher” (RAMOS, 1937, p.35). Para responder a uma questão polêmica na época, o mesmo especialista considerava que a partir da puberdade, durante o período menstrual, os exercícios deveriam ser interrompidos antes e durante os primeiros três dias do fluxo.

As especificidades do tratamento a ser dado ao corpo das jovens desde a sua infância compreendiam as modalidades de exercícios considerados adequados. Deveriam ser privilegiadas as atividades e os exercícios que desenvolvessem atributos considerados, à época, de feminilidade, tais como graça, flexibilidade e harmonia de formas, como nas danças e ginásticas rítmicas. A moderação deveria imperar em todas as demais atividades, tais como saltos, flexionamentos e marchas, que não poderiam exigir mais do que as possibilidades das praticantes. Exercícios considerados masculinizantes, que exigissem o uso da força, deveriam ser evitados. E as condições peculiares do sistema nervoso feminino, “mais delicado que o do homem” com “uma sensibilidade maior e uma resistência moral menos segura” (RAMOS, 1937, p.35), tornavam imperiosa a necessidade de desenvolver as qualidades morais das jovens. O elemento estético da Educação Física feminina não deveria ser desconsiderado e também aqui as danças e ginásticas rítmicas sobressaíam, mas exigiam alguns cuidados:

Ao lado das vantagens higiênicas indiscutíveis (trabalho atraente, efeitos gerais intensos, desenvolvimento rápido da coordenação de movimentos e independência das contrações musculares, flexibilidade, harmonia nos gestos, ligação profunda entre o físico e o psíquico), apresentam alguns inconvenientes: exigem esforços constantes de atenção, que conduzem à fadiga o sistema nervoso e exaltam em excesso a vaidade das jovens adolescentes. Por isso, as danças ginásticas como sistema educacional somente produzirão bons efeitos se o educador as usar com tato e prudência (RAMOS, 1937, p.38).

3 – Os corpos jovens e o projeto nacional

O corpo em desenvolvimento de crianças e adolescentes não raro tem sido alvo de projeções ideológicas e investimentos disciplinadores colocados a serviço de projetos de construção nacional. No Brasil, discursos que tinham como foco a infância e a “mocidade” se encontravam na intenção de formar corpos fortes e vigorosos, sobretudo dóceis e disciplinados no âmbito da modernização conservadora do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e do avanço da industrialização.

A ideologia estadonovista dava grande importância à juventude e pregava amplamente a necessidade de se forjar o “homem-novo”, o cidadão trabalhador

brasileiro, o esteio da nacionalidade sob o novo regime. O homem símbolo da nacionalidade brasileira no Estado Novo deveria ser criado a partir do fundamento étnico e cultural do nosso povo, mas nele era necessário operar transformações. O novo “homem brasileiro”, regenerado física e racialmente, afastava-se do mestiço indolente e preguiçoso; integrado ao trabalho em prol do desenvolvimento nacional, conquistava a cidadania; imbuído de espírito cívico e patriótico, colocava-se a serviço da nação.

A nação projetada na ideologia estadonovista deveria ser composta por homens fortes, sadios física e moralmente, construídos sob a égide do Estado conforme as palavras de um participante dos quadros do poder público da área jurídica que era à época presidente do Departamento Administrativo do estado de Goiás e defensor do regime:

O fim do Estado Brasileiro está, assim, no homem, sendo o Estado apenas a técnica de construção do homem brasileiro. O que se quer é a formação de um tipo superior de homem, *conditio sine qua non* de um povo superior – por conseguinte, de uma sociedade superior, de um Estado superior.

(...)

Um grande povo, dentro de uma grande pátria – tal é o objetivo supremo do Estado Nacional. (FIGUEIREDO, 1942, p.47)

A construção do “homem novo” iniciava por moldar a juventude à qual se reservava um importante papel na construção da nacionalidade, garantia do futuro a ser construído:

O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. Guardando as inspirações do passado e construindo a ordem e o progresso atual, é para a grandeza do futuro que volta suas vistas. As novas gerações terão papel decisivo a desempenhar, pois o muito que já somos é ainda bem pouco diante do que podemos ser, e com nossas imensas possibilidades (Cine-jornal do DIP, n.58).

A participação da Educação Física, tornada obrigatória na constituição de 1937 que instalou o período ditatorial no País, era ressaltada para o êxito desse projeto. Com sua prática, se estaria trabalhando em prol da construção de uma

nacionalidade vigorosa e da regeneração do povo brasileiro, comprometido por uma composição racial deficiente, contribuindo, assim, para edificar uma grande nação.

Considerava-se que a composição racial do povo brasileiro seria deficiente em razão da miscigenação, o que nos tornava um povo débil e de civilização atrasada. Aliado a isso, dificuldades de sobrevivência e falta de conhecimento sobre uma boa alimentação haviam produzido um déficit alimentar acumulado por gerações, resultando numa composição física fraca e enfermiça. Entretanto, contava a nosso favor o fato de que nossa composição racial anda estaria em elaboração, carecendo de ser “fixada”. Por isso, incentivar a prática da Educação Física iria contribuir para criar homens fortes, sadios, robustos, ágeis, empreendedores, disciplinados e devotados à pátria. Tratava-se de uma obra patriótica em que a meta a ser alcançada estava não saúde individual, mas de acordo com a ideologia nacionalista que então imperava, em se alcançar um bem coletivo.

Aos investimentos sobre o corpo do brasileiro, em especial o dos jovens, somavam-se, assim, novos enfoques. A partir de exercícios físicos, orientados de acordo com técnicas desenvolvidas pelos especialistas então surgidos, seria possível modelar o seu corpo contribuindo para a formação de uma nacionalidade vigorosa. “Ser forte para fazer a nação forte” era o lema amplamente defendido. A partir da Educação Física, visava-se tornar os corpos fortes, sadios, aperfeiçoados racialmente, disciplinados e higienizados. O lugar destinado aos jovens e crianças era fundamental para o êxito do projeto:

As crianças e a juventude de hoje serão os homens de amanhã. Seu futuro depende em grande parte dos mentores da Educação Física. A estes incumbe velar-lhes pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento físico. É assim que se tornará o nosso povo uma unidade coesa e indestrutível. Jamais vingou raça débil e enfermiça. Um povo fraco consolidemo-lo. Os grandes edifícios repousam em alicerces sólidos. E o sólido alicerce em que se funda uma civilização é a saúde da mente e do corpo. A tem as portas abertas à decadência. Ergamos o olhar para o futuro e par do cultivo do espírito, devemos trabalhar sem desfalecimento por construir uma nação de homens sadios, vigorosos e disciplinados.

E a Educação Física é o caminho que levará à meta ambicionada: a grandeza do povo e da pátria! (Educação Física, 1937, p.3)

O major Inacio de Freitas Rolim deixava claro os objetivos dos investimentos da Educação Física sobre os corpos juvenis em seu pronunciamento realizado em 1942 por ocasião das comemorações do terceiro ano da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na cidade do Rio de Janeiro: “fazer de cada jovem brasileiro, pela saúde física e mental, fator da grandeza nacional” (ROLIM, 1942).

Os centros dedicados às atividades físicas seriam verdadeiros laboratórios de regeneração física e moral do povo brasileiro. Sobre um deles, escrevia o médico Hollanda Loyola, autor de diversos artigos nas revistas especializadas da época:

É uma forja da nacionalidade a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Ali se cadinha uma mocidade bela, sadia e forte que perpetuará nas gerações futuras uma grande nação. Mocidade bela pela perfeição das formas, sadia pelo hábito de uma vida ativa e higiênica, forte pela têmpera de caráter que imprimirá, pela convicção de exemplo, em toda a nação, um novo sentido da vida, um ideal novo de aperfeiçoamento e de grandeza que irá construir a grande pátria imortal de amanhã, o Brasil soberbo que todos queremos realizar...(Loyola, 1940:9).

O próprio presidente Getúlio Vargas, em discurso proferido nas comemorações da Semana da Pátria e da Raça de 1938, afirmava que “na formação da mocidade está o fundamento de uma política construtiva e dinâmica” sendo “inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações”. Ressaltava a importância do evento como “demonstração inequívoca do nosso esforço pelo levantamento do nível cultural e eugênico da mocidade, fonte de revigoração das energias nacionais e penhor seguro do progresso da pátria” (GUASTINI, 1943, p.103).

Por meio da difusão da prática de exercícios físicos – tornando os indivíduos fortes e saudáveis, com espírito de disciplina e amor pela pátria – se estaria fazendo do povo brasileiro um povo forte e do Brasil um país grande e forte.

4 - A militarização dos corpos

O projeto de difusão da prática de exercícios físicos no Estado Novo brasileiro para a construção da nacionalidade teve importante ponto de apoio na visão do Exército sobre o assunto. Destacava-se a importância dessa prática não apenas para a conquista do vigor físico, mas também para a moralização dos jovens a partir da introdução de princípios de hierarquia, obediência, disciplina, civismo e patriotismo. A ginástica de movimentos controlados, as crianças enfileiradas e a repetição de movimentos deveriam ativar também a contenção e a disciplina corporal. E nesse aspecto, o treinamento físico seria também o da vontade.

O preparo das novas gerações nesses moldes ecoava os ideais das nações fascistas europeias nas quais se ressaltavam a “força”, a “vontade” e o “vigor” do povo como qualidades importantes para compor uma nação forte. Sempre é bom lembrar que o nazi-fascismo causou em alguns setores do país certa admiração especialmente nos anos anteriores ao conflito mundial, o que nem sempre foi admitido no pós-guerra.

A juventude nesse cenário tinha papel de destaque. No nazismo ela foi celebrada intensamente investindo-se em sua arregimentação para o regime canalizando o outrora diverso movimento juvenil alemão da República de Weimar para as associações que esse regime comandava. Em organizações tais como a Juventude Hitlerista na Alemanha ou nas italianas Opera Nazionale Ballila e na Gioventù Italiana del Littorio que a sucedeu, o culto à pátria materializava-se nos jovens uniformizados e dispostos como tropas em formação. Valores militares como hierarquia e obediência estavam na base dessas iniciativas totalitárias. O vigor físico, os corpos rijos e musculosos, as poses atléticas, as demonstrações de ginástica em larga escala definem a estética dos corpos celebrados por esses regimes.

Nessas organizações, à Educação Física se atribuía um grande potencial para a construção da nacionalidade. Para os integrantes da Juventude Hitlerista, a rotina do treinamento militar se combinava a práticas diárias de esportes e exercícios físicos. De acordo com um especialista em Educação Física, entusiasta desse tipo de programa em nosso país, essa prática teria produzido uma transformação radical na Itália, pois “o exercício físico, considerado não só

como aperfeiçoamento do corpo humano, mas também educação do espírito”, penetrara profundamente nos hábitos da mocidade italiana (**Educação Física**, 1937, p.11).

O Brasil não ficou imune aos exemplos fascistas com suas associações de jovens militarizados. Elas entusiasmaram o integralismo, movimento inspirado no fascismo europeu e liderado por Plínio Salgado cujas intenções de alcançar o poder político foram debeladas por Getúlio Vargas. O próprio governo getulista teve uma iniciativa nesse sentido.

A ideia da criação da Juventude Brasileira partiu do Ministério da Justiça, sob Francisco Campos, e tinha como objetivo uma mobilização paramilitarizada, nos moldes europeus (SCHWARTZMAN et al., 1984). Entretanto, essa ideia não vingou totalmente, sendo combatida, inclusive, por Eurico Dutra, então Ministro da Guerra. Em sua visão, a educação militar deveria ser atribuição das corporações devendo a organização a ser criada para a juventude dirigir-se para a educação moral, física e cívica. Com isso, o exército colocava seu limite frente ao exemplo dos Estados totalitários e marcava seu papel primordial como força militar avalista da ditadura getulista.

Foi esse o modelo que prevaleceu levado a efeito pelo Ministério da Educação em 1940 dirigido à época por Gustavo Capanema em decreto-lei que, evidenciando um rompimento com o projeto inicial, qualificava a Juventude Brasileira como “... uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria” e instituiu “a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude”. Embora esvaziada de seu propósito original, a Juventude Brasileira continuou a existir e a ser requisitada nas comemorações das grandes datas nacionais até ser extinta e incorporada à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação em agosto de 1945 (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 134).

É certo que a militarização de inspiração fascista por meio da Juventude Brasileira teve efeito bastante limitado. Entretanto, ela se expressava nos desfiles dos jovens nas paradas cívicas dos eventos de massa do Estado Novo.

Cumprido ressaltar que a década de 1930 em nível mundial verificava a ascensão das massas na política, o que foi bastante explorado pelos regimes autoritários da época. Em tempos altamente polarizados à esquerda e à direita, tanto de um lado como do outro, exaltava-se o indivíduo que se submete às

massas na forma da sujeição do ego individual à vontade coletiva confundida com ideais nacionalistas. O uso de recursos de propaganda ideológica e a orquestração de eventos aos quais acorriam multidões são marcas desse período.

Neles, procurava-se produzir sentimentos de comunhão coletiva. A exaltação das massas, da beleza contida na perfeita exatidão dos movimentos no conjunto, do unísono, da dissolução do indivíduo a partir da sua interação no todo, compunham uma estética dos regimes totalitários. Os desfiles de jovens uniformizados reforçavam a homogeneização exigida pelo regime. Em nosso país, eventos oficiais produzidos com essa inspiração ajudavam a compor o cenário do estado autoritário getulista. Utilizados como recursos de propaganda ideológica, enfatizavam o sentimento de comunhão coletiva no sentido de dar sustentação ao regime e apresentavam uma vitrine da nova raça brasileira. Produzia-se ideologicamente a dissolução das divergências políticas, encobertas sob o manto da ditadura.

Nas paradas cívicas que ocorriam durante os eventos de celebração desse regime, tais como as do Dia do Trabalho ou da Raça e da Pátria, ecoando os exemplos nazi-fascistas, veiculava-se um padrão modelar do novo “homem brasileiro”, uma “vitrine da nova raça”, na juventude que comparecia em uniformes de ginástica:

... ao contemplar-se, nesses desfiles esplendorosos, a nossa vibrante juventude patricia, esses corpos flexíveis e harmoniosos, sadios e fortes, queimados de sol e estuantes de vida, sente-se que uma raça se define e a nação adquire uma consciência... uma juventude assim, disciplinada e entusiasta, que sabe marchar com garbo e altivez, cultuar com amor as glórias da pátria (...) inspira confiança, constitui-se no mais seguro penhor de um futuro feliz, promissor, vitorioso para os destinos do país (LOYOLA, 1941, p.9).

5 – Adestramento, proteção e conservação dos corpos jovens

Nas primeiras décadas do século XX a indústria no Brasil trouxe o crescimento das cidades na região Sudeste do País intensificando sua força de atração. Muitos para elas se dirigiram em busca de trabalho, nem sempre com êxito. Os bairros operários, as moradias coletivas, tais como os cortiços,

concentravam a população pobre. Ao emprego formal se somavam atividades várias de cunho informal. O comércio e a mendicância ocupavam as ruas. A lógica do capitalismo industrial em desenvolvimento esbarrava com uma realidade que escapava da regulação social concebida sob a égide do trabalho e da produção. A mão de obra para o trabalho tinha de ser construída e investimentos foram feitos nessa direção pelo poder público, por industriais, por cientistas e educadores.

Crianças pobres que circulavam sem freios e controles pelos espaços públicos deveriam ser contidas e encaminhadas para as instituições escolares e educativas. Parques infantis, escolas, escotismo ou orfanatos, dependendo da situação, funcionavam como espaços de regulação nos quais se educavam crianças de acordo um discurso disciplinador dirigido para corpos e mentes. A conformação dos corpos, as estratégias disciplinadoras e militarizadas – observadas na ênfase da importância dada à Educação Física – tinham ali como horizonte a formação dos jovens trabalhadores para o futuro da nação. Colocar limites à vagabundagem, encaminhar a mocidade para funções produtivas completaria a adequação das camadas pobres para o trabalho em moldes industriais.

Como chama a atenção Eduardo Silveira Netto Nunes, nas primeiras décadas do século XX não apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo, vinha crescendo o interesse do Estado sobre crianças e adolescentes, convertidos em “capital” da nação, justificando a sua ingerência onde antes havia apenas a gestão de pais e empresários. Em suas palavras:

... o trabalho infantil passava a suscitar restrições e orientações, uma vez que a criança e o adolescente agora já não interessavam apenas às pessoas que lhes eram diretamente afetas. Esses sujeitos sociais interessavam agora ao Estado e aos projetos nacionais. Evitar certos tipos de trabalhos – insalubres e perigosos – reforçava o princípio de que o futuro adulto sadio que resultaria da maturação da vida infanto-juvenil era mais importante para o funcionamento da engrenagem da economia dos adultos. Portanto, deveria ser preservada essa sanidade, ao invés de esgotá-la em terna idade (ARENDE et al., 2018, 328).

A partir daí é que podemos entender as iniciativas do poder público de regulamentar o trabalho infantil, que aos poucos se converteram em restrições legais quanto a idade mínima, locais, jornadas ou atividades consideradas

impróprias para exercerem. Nisso, combinavam-se intenções protetivas que visavam combater a delinquência, encaminhar para o trabalho edificante e fornecer braços para a atividade produtiva suficientemente capazes de assegurar o futuro da nação. São iniciativas que desconsideram a subjetividade desses jovens indivíduos, atrelando-os aos propósitos dos adultos que os concebem como seres em construção a seu dispor.

Chama a atenção que as escolas e fábricas estivessem inspiradas na mesma lógica de controle, vigilância, disciplina, ordenação dos corpos e contenção de movimentos. Sem espaço para a liberdade, criação e expressão individual, a educação dos corpos combinava técnicas que, com nitidez, significavam projeções do adestramento gestado para o exercício da atividade industrial para além dos ambientes fabris.

Delineava-se um corpo regrado e controlado como forma de se alcançar a obediência, o esforço e a disciplina com vistas à produtividade do trabalho, de acordo com a lógica do capitalismo na qual o corpo humano é concebido como uma máquina passível de controle e manipulação.

Com efeito, a partir da modernidade a fonte energética do corpo humano passava a ser localizada nele mesmo. O corpo deixava de ser apenas invólucro para a alma, matéria inerte, sendo dotado de força própria. Concebido como mão de obra, o corpo humano foi alvo de novas pedagogias destinadas a moldar os comportamentos e impor aos indivíduos gestos e posturas adequadas às exigências crescentes de eficiência e rendimento máximo nas atividades produtivas de acordo com a racionalidade do capital. Uma economia corporal em que se equacionam o dispêndio e o aproveitamento da energia da máquina humana na qual os movimentos devem ser úteis, controlados, ritmados, repetitivos e eficientes. Um equilíbrio entre esforço e fadiga era a garantia da manutenção da utilidade do corpo tornado instrumento de produção. O que, em última instância, interessa ao capitalismo industrial é a constituição de corpos dóceis, úteis e produtivos.

Com relação aos corpos jovens, deveria haver um cuidado suplementar. No contexto brasileiro das décadas em estudo, a presença crescente de crianças e jovens nas fábricas que cresciam em número e tamanho colocava em evidência a necessidade de cuidar e adestrar os corpos dos jovens operários para as funções produtivas.

Durante os anos da ditadura getulista, o trabalho foi insistentemente exaltado. A valorização do seu efeito “regenerador”, entretanto, não é exclusiva desse período sendo uma ideia recorrente quando se trata de combater a “delinquência” de jovens e adolescentes. Retirar das ruas as crianças e encaminhá-las para a atividade produtiva é encarado como medida protetiva e solução para problemas futuros ao afastá-las da “vadiagem” e dos desvios para a criminalidade a que estariam expostas. É argumento não só de autoridades públicas. Algumas famílias de baixa renda enxergam o trabalho infantil ou juvenil não apenas como fonte de recursos, mas como preparação para a vida.

No decorrer da ditadura do Estado Novo, conduziu-se no país uma “modernização conservadora” entendida como um processo de desenvolvimento econômico em que elementos de racionalidade e busca de eficiência são introduzidos em um contexto de poder fortemente centralizado (SCHARTZMAN, et al., 1984). De fato, nesse regime assistiu-se a um impulso econômico industrializante e à regularização das relações de trabalho por meio da implantação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, ao mesmo tempo, garantiu-se a manutenção da estrutura de poder elitista e o sufocamento das dissidências.

Nesse momento, os processos de trabalho utilizados nas fábricas foram alvos de propostas de racionalização com vistas a aumentar a sua produtividade incluindo iniciativas relativas ao corpo do trabalhador. Dava-se curso, com isso, à “organização científica do trabalho” que vinha impondo-se desde o início do século em nível mundial a partir das teorias de Frederick W. Taylor endossadas amplamente em países em processo de industrialização e reforçadas pelas aplicações de Henry Ford. A racionalização do trabalho industrial colocava em evidência o tempo e a economia dos gestos programados e cronometrados. O universo do trabalho dava origem a uma corporeidade específica que comportava uma “economia corporal” que aos poucos se impõe à indústrias do mundo todo e ultrapassa o espaço da empresa (VIGARELLO, 2008, p.185).

A distribuição racional das tarefas, o controle das doenças do trabalho, a diminuição da fadiga e a prevenção dos acidentes respondiam a essa lógica. Importava assegurar que o corpo, como componente do processo produtivo, não se desgastasse e que não houvesse dissipação de energia. Mesmo ao descansar

ou dedicar-se ao lazer, o operário estaria restaurando suas energias para utilizá-las na atividade produtiva. Era preciso garantir um saldo positivo na relação esforço/rendimento da máquina humana, capaz de levá-la a seu limite máximo sem, contudo, danificá-la. Nesse quadro as referências às mulheres, às crianças e aos jovens trabalhadores nas publicações brasileiras das décadas de 1930 e 1940 analisadas foram feitas como adendos ao discurso geral, mas com especificidades.

Cumprir notar, como lembra Ailton José Morelli, a diferenciação corrente em especial desde o Código de Menores de 1927, entre “crianças” e “menores”, sendo esses últimos destinados a designar fundamentalmente crianças e adolescentes pobres em situação de abandono ou de delinquência, ou ainda “menores trabalhadores” (AREND et al, 2018, p. 262). Assistia-se no início do século XX a uma progressão da extensão da tutela do Estado sobre a população infantil para além da concepção de que as crianças seriam “propriedade” de seus pais.

Proteger os organismos em formação, no entanto, exigia também cuidados específicos nos ambientes industriais, em que muitas crianças e jovens procuravam ajudar suas famílias e escapar da miséria. Não foram poucas as crianças e adolescentes vitimados por violências e acidentes nos locais de trabalho exercendo funções além de suas possibilidades físicas ou que ofereciam risco e não contavam com proteção. Eram inseridos nesses ambientes nos períodos iniciais do processo de industrialização como se fossem adultos.

Na passagem do século XIX para o XX no Brasil os conhecimentos da “higiene industrial” passaram a ser mobilizados para regular esses locais em suas condições de salubridade e de proteção aos acidentes de trabalho. A partir da década de 1940, soma-se a isso a atenção dos primeiros especialistas em “medicina do trabalho” que surgiam no país acompanhando uma tendência mundial e ainda recente nos países considerados mais avançados. O domínio dos médicos do trabalho na área industrial nesse período seria o da seleção profissional, dos estudos para assegurar maior produtividade, da segurança do trabalho e prevenção dos acidentes. Para o poder público que já vinha atuando na limitação da jornada de trabalho e na legislação de prevenção a acidentes, os médicos do trabalho significaram um saber especializado para cuidar das questões relacionadas a infortúnios e doenças do trabalho.

Na visão médica da época, crianças e mulheres eram consideradas como seres frágeis havendo nelas particularidades e limitações como mão de obra. Estas últimas teriam menor resistência biológica que os homens. O tom do tratamento a elas dado era paternal e protetor. Exigia-se um cumprimento rigoroso das prescrições legais quanto ao trabalho feminino e ressaltava-se que seria fundamental que elas fossem encaminhadas para exercer funções compatíveis com sua – limitada – capacidade. As atividades previstas para a mulher ressaltavam o que se considerava como sendo seu papel social relacionado à maternidade, como o cuidado de doentes e de crianças. Definiam-se, também, algumas profissões adequadas às supostas habilidades e características de temperamento feminino, tais como as atividades decorativas ou as que exigiam pouco raciocínio.

Quanto ao trabalho dos jovens operários, recomendava o Dr. Barros Barreto o estabelecimento de limite mínimo de idade para seu ingresso no trabalho, acompanhando a tendência mundial que seria de 16 anos, “já que os reajustamentos fisiológicos e psicológicos da puberdade não se completam antes desta época”. (Barreto 1934:398). Como medida suplementar, sugeria a exigência de certificado de boa saúde e aptidão para a ocupação e a proibição do trabalho de menores em atividades perigosas até 18 ou mesmo 21 anos.

A preocupação com a idade se justificava pelo entendimento e na constatação de que os menores seriam mais suscetíveis aos acidentes, sendo que:

Decorre o fato, e muito particularmente nas indústrias, da fadigabilidade mais pronta, da coordenação muscular mais imperfeita, do menor controle das próprias atividades, exaltado pela curiosidade e imprudência peculiares à gente moça, de sua falta de instrução e de experiência, de atenção e de disciplina (BARRETO, 1934, p.400).

Por isso, o Dr. Abreu Paiva recomendava que o trabalho de menores fosse proibido em locais onde houvesse perigo de acidentes e de se desenvolver doenças profissionais, onde funcionassem maquinismos perigosos e ocorressem mutações abruptas de calor, frio e umidade. Para esse médico, a patologia dos trabalhadores de menor idade seria um problema relevante devido ao fato que as “crianças estão particularmente sujeitas à fadiga, devido à sua fraqueza; o

trabalho provoca nelas perturbações do desenvolvimento, deformações etc. Esses malefícios causados pelo trabalho à criança são tanto mais graves quanto menor for a sua idade” (PAIVA, 1953, p.251).

As jovens trabalhadoras teriam problemas adicionais a serem considerados em sua atividade profissional e o excesso de trabalho sobre seu organismo teria consequências inclusive do ponto de vista moral, sem que se esclareça de que forma isso aconteceria. As jovens do sexo feminino seriam acometidas, com frequência, nas classes pobres “de dismenorreias causadas pela má nutrição e doenças hereditárias; forçadas pelo trabalho excessivo, [correriam] perigo de degeneração física e moral” (PAIVA, 1953, p.352).

A preocupação em impedir que a jornada de trabalho atrapalhasse os estudos e o repouso do menor visava assegurar sua formação futura em prol do progresso econômico e preservar no presente sua capacidade produtiva.

Nos Códigos Sanitários brasileiros e em leis esparsas, o trabalho feminino e de menores foi sendo regulamentado ao longo das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX em um contexto de pressões do movimento operário. As principais questões tratadas nas leis então surgidas referiam-se à idade mínima de ingresso no trabalho e à proibição da presença de menores em locais insalubres. Quanto às mulheres, os principais objetos sobre os quais se discutia a necessidade de regulamentação eram, além do veto ao trabalho feminino em condições de insalubridade, o trabalho noturno e a licença maternidade. Em nível federal, o Código de Menores de 1927 proibiu o trabalho antes de 12 anos de idade e antes de 18 anos na atividade noturna.

Durante o governo de Getúlio Vargas, no qual houve uma importante organização e burocratização do aparelho do Estado, promulgou-se em 1943 uma legislação trabalhista que já vinha sendo esboçada em iniciativas pontuais dos governos anteriores. Regularam-se em nível nacional: acidentes de trabalho, jornada de trabalho, descanso remunerado, férias e salário mínimo, por exemplo. A definição de normas nessa área significou um suporte para o avanço do capitalismo industrial, contribuindo para firmar a opção industrialista na área econômica. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) fixou em 14 anos a idade inicial para ingresso ao trabalho que passou a ser proibido em locais insalubres ou perigosos e naqueles considerados prejudiciais à formação dos

jovens, ao seu desenvolvimento físico, psíquico ou moral. Foi também vetado o trabalho noturno aos menores de 18 anos.

Conclusão

Neste trabalho observamos a existência de um programa de disciplina e controle corporal em curso nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil com particularidades dirigidas a crianças e jovens. Discursos especializados oriundos de campos diferentes – Educação Física e Medicina do Trabalho – se encontravam na intenção de formar corpos fortes, disciplinados, dóceis, úteis e produtivos. O projeto nacional do Estado Novo e a política econômica industrialista deram vulto a essas proposições. Em retórica de se estar atendendo aos interesses coletivos, e ao progresso nacional, operava-se a instrumentalização e o controle dos corpos.

Encampada pela política educacional do Estado Novo, a visão disciplinadora da Educação Física de origem militar foi atualizada no âmbito do Estado autoritário e de seu projeto de construção nacional. Essa prática era apresentada como recurso de regeneração física e moral do povo brasileiro sublinhando-se seus benefícios na constituição de uma nacionalidade vigorosa. Para tanto, realçavam-se os investimentos sobre os corpos juvenis entendidos como bens coletivos.

Nos discursos médicos analisados, imperava o pragmatismo econômico. Discutia-se a inserção muito precoce de crianças e jovens no trabalho na medida em que isso poderia causar danos ao seu desenvolvimento físico e intelectual. Visava-se proteger a integridade física dos jovens trabalhadores, que, expondo seus corpos em formação aos riscos do trabalho nas fábricas, faziam prever corpos incapacitados, muitos dos quais anulados para a atividade produtiva por doenças e acidentes de trabalho. Não prever isso seria comprometer a capacidade de trabalho da mão de obra adulta.

Referências bibliográficas:

AREND, Silvia Maria F; Moura, Esmeralda Bolsonaro B.; Sosensky, Suzana (org). **Infâncias e juventudes no século XX: Histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018.

BALDARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. **Educação Física**. Rio de Janeiro, n.45, 1940.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Ser forte para fazer a Nação forte**. Educação Física no Brasil (1932-1945). Dissertação (Mestrado). História/ FFLCHUSP, 1991.

_____. **Corpos-máquinas: em foco, trabalhadores e a produção industrial na visão da medicina brasileira (Décadas de 1930 e 1940)**. Tese (Doutorado). História/ FFLCHUSP, 2005.

_____. **Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940)**. In: PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

BRANCO, Dr. Pacífico C. A Educação Física e a Eugenia. **Revista de Educação Física**. RJ, ago.1942, nº 54, p.45.

Cine-jornal do DIP. n. 58, vol III. **Cine Jornal Brasileiro**. Departamento de Imprensa e Propaganda. Edição da Fundação cinemateca Brasileira. São Paulo s/d.

Desfile da Saúde. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13/10/ 1937, p. 21.

Educação Física. Rio de Janeiro, 1937, nº13, p.11)

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Brasileiro e o sentido do nacionalismo. **Cultura Política**, ano II, n.13, março 1942.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1993.

Latentes. **Educação Física**, n.13, 1937.

GUASTINI, Raul. **Conceito de pátria e de raça**. Ideário político de Getúlio Vargas. São Paulo, 1943, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. p. 103.

Educação Física n.13, 1937, p.11.

HORTA, José Silvério Baia. **A mobilização da juventude na Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)**. Disponível em http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Juv_hist.pdf acesso em 5/3/2019.

LOYOLA, Hollanda. Educação Integral. **Educação Física**. Rio de Janeiro, nº 34, set.1939.

_____. O estádio do Pacaembu. **Educação Física**. Rio de Janeiro, jun.1940.

_____. Um povo desfila. **Educação Física**. Rio de Janeiro, nº58, 1941.

_____. Forja da nacionalidade. **Educação Física**. Rio de Janeiro, nº41, abr.1940.

MACHADO, Tobias Tostes. Educação Física no Estado Novo. **Ciência Política**, Rio de Janeiro, 1940, vol II, fase V, p.46.

_____. Oficialização dos esportes. **Educação Física**, Rio de Janeiro, 1941.

MAGALHÃES, Fernando. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, outubro 1935.

MARQUES, Vera R.B. **A medicalização da raça**. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A.M.C. **Estado Novo**. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEIXOTO, Afrânio; FÁVERO, Flaminio; RIBEIRO, Leonidio. **Medicina legal dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 6ªed. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, Jayr Jordão. Educação Física feminina. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, 1937, nº 37, p. 35.

RIBEIRO, Leonídio. **Acidentes do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

RIOS, José Arthur; FISCHLOWITZ, E. e PAIVA, J. de A. **Manual de Psicotécnica**. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1953.

ROLIM, Inacio de Freitas. A Escola Nacional de Educação Física e Desporto. **Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano II, n.19, set.1942.

ROSA, Cristina Souza. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 621-648 . Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2704> acesso em 5/3/2019.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H; COSTA,V. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SIMÕES, Renata; GOELLNER, Silvana. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.26, n.2, p.263-72, abr./jun. 2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/45897/49500> acesso em 9/3/2019.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo**: as mutações do olhar. O século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Recebido em Setembro de 2020
Aprovado em Novembro de 2020

DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.12063>